

seus educandos com as diferentes situações de aprendizagem. Para o educador que trabalha com educação popular, esta relação aparece ainda mais forte, tendo em vista que, na proporção em que estuda criticamente junto com os educandos os elementos fragmentados de suas concepções de mundo, em que problematiza a realidade concreta que os envolve, o educador popular desenvolve mais aguçadamente a consciência da contradição. Este dado capacita-o para novas possibilidades de intervenção educativa.⁹⁸ Aqui se compreende ser verdadeiro afirmar que “os homens se educam entre si mediados pelo mundo”.⁹⁹

98 Veja-se a este respeito, Angelo Broccoli, op. cit. p. 171.

99 FREIRE, Paulo. *Ibidem*, p. 79.

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E O DESAFIO DO NORDESTE *

Sofia Lerche Vieira **

... “E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias”...¹

Prestar um depoimento de “caráter regional, numa perspectiva de avaliar a produção e representatividade da pesquisa” no Nordeste, conforme propõe o documento-base deste Seminário,² constitui desafio que transcende às minhas limitações pessoais e profissionais. Se o problema do Nordeste é, sobretudo, um problema de cidadania e de brasilidade, penso que a única maneira de responder à proposição seria situando o debate mais na ótica de cidadã do que de especialista na matéria (que não o sou).

Não se pode proceder a um balanço da pesquisa educacional na região sem considerar a pesquisa educacional no país. Talvez o Nordeste seja o espelho onde a face mais negra é refletida com uma nitidez sem retoques.

... “Não se diagnosticam adequadamente os problemas do Nordeste se isolamos a região do conjunto nacional. A dialética do todo e da parte aqui se aplica em sua plenitude (...) Devemos pensar no Nordeste na qualidade de brasileiros, de cidadãos de uma nação soberana, e não como habitantes de uma região dependente, cujo destino se decide alhures”...³

* Depoimento apresentado em Seminário sobre *Política de Pesquisa Educacional*, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, 27 de setembro de 1984.

** Da Universidade Federal do Ceará.

Os problemas do Nordeste não decorrem apenas das secas periódicas que assolam a região, causando o desespero, a fome e a morte de milhares de cidadãos brasileiros. A seca no Nordeste mais uma vez acabou.

...“Contudo, o povo do Nordeste continua em situação de emergência. Na verdade, não é a seca o problema fundamental do Nordeste. O problema principal é o empobrecimento crescente da população, fruto de uma injustiça diuturna e estrutural. O povo está ameaçado de genocídio. A vida do povo do Nordeste está sendo destruída”... 4

As raízes dos problemas nordestinos estão inscritas na história econômica, política e social brasileira, no contexto da economia mundial. Não me alongarei no debate deste tema, que constituiria objeto de muitos encontros como o de hoje. Entretanto, cabe lembrar, a *dependência* (externa e interna) e a *centralização* configuraram-se como agravantes de uma crise que se aprofundou nos últimos 20 (vinte) anos. Com a concentração da renda e da terra agudizaram-se os problemas do Nordeste: decresceram os índices de saúde, nutrição e educação. Alguns dados sobre a situação educacional na região são estarrecedores, e só para avivar a memória, convém lembrá-los:

- 51% da população economicamente ativa na região, em 1977, nunca tinham freqüentado estudos ou o fizeram por um período de até 1(um) ano, 34% só freqüentaram estudos por no máximo 4 (quatro) anos;
- de 2,36 milhões de crianças brasileiras sem acesso à escola primária, em 1975, 2,2 milhões estavam no Nordeste;
- dos recursos disponíveis para a manutenção do ensino de 1.º grau, em 1975, em relação à média nacional, o Nordeste dispunha de “metade dos recursos no caso das áreas urbanas e de um terço para as áreas rurais”. Com relação a estas, a situação era ainda mais grave: a região dispunha de “8 vezes menos recursos que o Sudeste e de 20 (vinte) vezes menos que o Estado de São Paulo”.

As afirmações acima, ⁵ ainda que um tanto defasadas, são ilustrativas do quadro que se faz necessário ter em mente ao se pensar numa política de pesquisa para o país e para a região. A julgar pelo agravamento da situação econômica brasileira e nordeste-

na nos últimos anos, é lícito formular a hipótese de que o problema educacional do Nordeste, no bojo da crise mais geral, tem se agravado face à deterioração do padrão de vida nacional e à seca que assolou a região nos últimos 5 (cinco) anos.

Como contribuir para “realizar um balanço da situação atual da pesquisa educacional no Brasil, em termos da sua qualidade, representatividade e utilização”, tendo em vista o quadro acima esboçado? Eis uma tarefa complexa, sem sombra de dúvida.

É fato amplamente comprovado no Brasil que as universidades (em particular as federais públicas) são as principais agências de pesquisas em educação, tanto no que diz respeito ao número de projetos em andamento, quanto ao contingente de pesquisadores que nela atuam. No caso específico da pesquisa educacional no Nordeste, a presença da Universidade é ainda mais marcante, não pelo fato de haverem mais universidades na região mas porque estas, via de regra, constituem as únicas instituições que, em número inferior ao existente em outras regiões do país, dedicam-se à pesquisa. Em todo o Nordeste, por exemplo, sem mencionar as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação que, de um modo ou de outro, estão envolvidas com trabalhos de pesquisa, talvez a Fundação Joaquim Nabuco, tradicional centro de pesquisa social na região, seja a única instituição de pesquisa não-universitária. Assim, se desejarmos proceder a um balanço da pesquisa educacional na região, é para o interior das universidades que deveremos olhar.

Os dados mais recentes aos quais pude ter acesso resultam do *Levantamento da pesquisa educacional no Nordeste*, projeto realizado com o apoio financeiro do CNPq/SDS/Coord. de Educação, no segundo semestre de 1981, publicado em 1983, com financiamento da SUDENE.

O levantamento foi inspirado nos “debates e conclusões do Seminário sobre Pesquisa Educacional do Nordeste, realizado em Recife, em novembro de 1980”, ⁶ sob o patrocínio do CNPq. Naquela oportunidade, constatou-se haver uma ausência quase absoluta de informações objetivas sobre a real situação da pesquisa educacional no Nordeste. ⁷ Assim, surgiu e tomou corpo a idéia do levantamento, realizado em setembro de 1981, e que cadastrou 31 grupos de pesquisa, 104 projetos de pesquisa (82 em andamento e 22 programados) e 240 pesquisadores, envolvendo 15 instituições, em 8 estados da região. ⁸

Confirma o Levantamento que a pesquisa educacional é uma atividade realizada predominantemente em instituições públicas (30 dos grupos cadastrados trabalhavam em órgãos de natureza pública), sobretudo universidades (22 dos grupos atuavam em instituições de ensino superior). Os resultados referentes ao Levantamento permitem visualizar de alguma forma a situação da pesquisa educacional

na região. Cabe advertir que este trabalho não permite entrar “no mérito da ‘qualidade’ nem da ‘pertinência’ das pesquisas produzidas” no Nordeste, entretanto, fornece indicações para um exame da “representatividade” das mesmas, face à análise de aspectos das condições da pesquisa educacional na região.

Os dados revelam que a grande maioria das pesquisas na região são trabalhos de equipe (e não individuais). Os grupos de pesquisa são, em geral, novos e os pesquisadores, em sua maioria, jovens. Poucos, porém, dedicam-se exclusivamente à pesquisa, sendo o seu tempo dedicado predominantemente a outras atividades, como ensino, que constitui a atividade prioritária de grande número de pesquisadores, pois cerca de 70% deles são vinculados à instituições de ensino superior. Esses profissionais, em geral, têm algum tipo de formação pós-graduada (cerca de 75%), contudo é pequeno o número de pesquisadores com titulação formal (foram cadastrados apenas 33 mestres e 28 doutores).

Verificou-se que a iniciativa dos projetos parte, comumente, dos próprios pesquisadores, sendo que apenas 15% dos projetos foram realizados por iniciativas de entidades financiadoras. As pesquisas têm contemplado mais as áreas da “micro-educação”, o que pode ser justificado pelo fato de que estudos sobre os “processos de ensino-aprendizagem” são mais baratos de se realizar do que análises voltadas para o estudo mais amplo da educação. O Levantamento constatou, a propósito, que o financiamento da pesquisa educacional na região “tem sido inegavelmente *incerto, esporádico e insuficiente*”.⁹ A maioria das pesquisas concluídas não teve financiamento específico. Apenas 40% dos grupos tinham financiamento no período da realização do cadastro, sendo que seus recursos provinham de fontes que variavam, ano a ano, com montantes incertos. O Levantamento revelou ainda que “o *INEP* tem sido pouco presente na região, enquanto que o *MEC* como um todo tem boa presença e o *CNPq* tem crescido em sua participação, em parte devido ao programa de bolsas. As fontes estrangeiras têm diminuído e hoje são quase insignificantes”.¹⁰ Como norma, tanto para pesquisadores individualmente, como para dirigentes de grupo, as dificuldades financeiras estão entre as três principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores. É unânime a sugestão de que sejam alocados maiores recursos para a pesquisa em educação em geral, e para a pesquisa educacional no Nordeste em particular. Observe-se aqui que a necessidade de verbas para a *educação* sempre precede a de verbas para a *educação no Nordeste*, evidência de que o problema educacional na região não é um problema nordestino (mas nacional) na percepção dos pesquisadores. A “dialética do todo e da parte” mais uma vez aqui se aplica: não basta ver o problema da pesquisa educacional no Nordeste, é preciso vê-lo no Brasil; não basta ver o problema da pes-

quisa em educação, é preciso ver o problema da pesquisa nas áreas sociais. Entretanto, a percepção e a denúncia das disparidades regionais é uma etapa importante no processo de encaminhamento de solução para os problemas da pesquisa educacional no país e na região. Para se ter apenas um exemplo do tratamento “diferenciado” no que diz respeito a verbas para pesquisa, recorde-se que, em 1981, tomando a FINEP como ilustração, o Nordeste inteiro recebeu apenas 3,5% do FNDCT, enquanto somente a PUC/RJ recebeu 10% dos recursos existentes.¹¹ Haveria condições de se equacionar uma alocação de recursos mais justa e igualitária, desde que houvesse “vontade política” para tanto.

Ao se avaliar o nível da produção científica na região, “segundo critérios clássicos de produção científica, a situação da pesquisa educacional no Nordeste está longe de um nível satisfatório: 62% dos seus pesquisadores nunca publicaram, 75% nunca fizeram uma apresentação em congresso científico e 83% nunca publicaram em revista especializada”.¹² Aliados à falta de qualificação formal, experiência, tempo e recursos para a pesquisa, outros fatores devem ser apontados para a insatisfatória produtividade da pesquisa educacional na região. A precariedade de informações sobre “fontes financiadoras e publicadoras” é um dos maiores entraves à realização e publicação de trabalhos. Medidas para solucionar problemas como esses são simples, viáveis e necessárias. Um outro agravante dessa situação, a meu ver, é o próprio isolamento geográfico dos pesquisadores nordestinos. Tudo contribui para que estes profissionais não participem do cenário onde se discute e faz pesquisa. Fora do Nordeste estão os principais centros e órgãos de pesquisa e divulgação de informações. Fora do Nordeste realizam-se também os principais encontros de educação. Fora do Nordeste estão os principais centros de pós-graduação. Qualquer pesquisador que deseje “furar o bloqueio” do isolacionismo terá que fazê-lo às custas de pesados sacrifícios pessoais em seu precário orçamento.

Estou certa de que essas breves considerações em torno do tema de modo algum esgotam a problemática da pesquisa educacional no Brasil e no Nordeste. Longe de fazê-lo, remetem-nos de volta ao cerne do problema principal: o problema do Nordeste, da pesquisa e da educação é um problema nacional. Naturalmente que as soluções regionais (e regionalizadas) poderiam contribuir (e têm contribuído) para o equacionamento do desafio do Nordeste. É óbvio também que a pesquisa educacional deverá ter uma colaboração histórica a prestar na realização deste projeto. Para tanto, repito, é necessário “vontade política” — do Nordeste e do Brasil.

Somos hoje uma das regiões mais pobres do mundo, portanto, tudo está por ser feito em matéria de melhoria das condições de vida de um povo agredido pela modernização selvagem, que transforma

homens em meros consumidores do lixo produzido em outras paragens.

O governo investiu trilhões nos últimos dez anos no Nordeste, entretanto, ao longo do tempo, esses recursos têm sido consumidos pela indústria da seca mantida pelos poderosos. Não cabem paliativos na solução dos problemas nordestinos, mas uma consciência nacional capaz de eliminar o câncer da fome endêmica e da injustiça social. O povo nordestino não quer esmola. O povo nordestino ama sua terra; não quer ser expulso dela. O povo nordestino quer aprender a sair da miséria com dignidade; para isto ele precisa de coisas simples como: emprego, alimento, saúde, moradia e escola.

...“Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha.

— Está aí.

Se aprendesse alguma coisa, necessitaria saber mais, e nunca estaria satisfeito”... 13

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio/São Paulo, Record. 48. ed. p. 126, 1981.
- 2 BRASIL. MEC. INEP. *Seminário: Política de Pesquisa Educacional*. Brasília, INEP, 27 e 28 de setembro, p. 3 (mimeogr.).
- 3 FURTADO, Celso. Alternativas institucionais para o desenvolvimento do Nordeste. *O Nordeste no Brasil: avaliação e perspectivas*. Fortaleza, BNB, p. 197. 1982.
- 4 CNBB. *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil*. Brasília. Texto aprovado na 27.ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, em 31 de agosto de 1984. p. 01. (mimeogr.).
- 5 CARVALHO, Valter de. Educação Primária no Nordeste Brasileiro: um desafio à pesquisa. In. MACHADO, Antonio Carlos de Almeida e outros. *Pesquisa em Educação no Nordeste*. Brasília, CNPq/Coordenação Editorial, pp. 19-30. 1981.
- 6 BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP). Mestrado em Educação. *Levantamento da pesquisa educacional no Nordeste*. Salvador, p. 11. 1981.
- 7 A propósito das conclusões do referido encontro, ver o elucidativo “Relatório dos Participantes” no documento citado na nota 5 (cinco), pp. 35-42.
- 8 Conforme observado no Levantamento, não foram obtidas informações sobre Alagoas e o exame da questão foi prejudicado com relação ao Estado de Pernambuco, pois a Fundação Joaquim Nabuco não devolveu os questionários em tempo hábil

para o processamento das informações, estando, portanto, ausente do estudo.

- 9 Ver *Levantamento*. Op. cit. p. 160.
- 10 Idem. p.161.
- 11 HAGE SOBRINHO, Jorge. Cooperação interuniversitária e compromisso regional. *Anais do II Encontro de Reitores das Universidades do Nordeste*. Fortaleza, Imprensa Universitária, p. 29. 1982.
- 12 *Levantamento*. Op. cit. pp. 157-158.
- 13 RAMOS, Graciliano. Op. cit. p. 21.